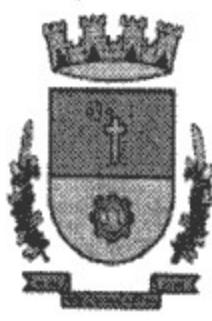




Ata nº 012/2020

Aos onze dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte às treze horas, reuniram-se, ordinariamente os membros Comitê de Investimentos: Ana Paulo Pizolatto da Silveira, Adão Chiavenato Machado e Elisandra Carloto Saciloto, nomeados através da Portaria nº 238 de 18 de junho de 2020. Para iniciar a presente reunião o Comitê de Investimentos, analisou o esboço da Política de Investimentos 2021, para proceder com os devidos ajustes e encaminhar ao Conselho de Administração para aprovação. Onde a elaboração da Política de Investimentos representa uma formalidade legal que fundamenta e norteia todo o processo de tomada de decisão relativo aos investimentos do RPPS, empregada como instrumento necessário para garantir a consistência da gestão dos recursos em busca do equilíbrio econômico-financeiro. A presente Política estabelece os princípios e diretrizes que devem reger os investimentos dos recursos conferidos a entidade, com vistas a promover a segurança, liquidez e rentabilidade necessária para complementar o equilíbrio entre os ativos e passivos do plano de Benefícios. A Política de Investimentos do RPPS deve ser constituída pelos seguintes elementos básicos: o modelo de gestão a ser adotado e, se for o caso, os critérios para a contratação de pessoas jurídicas autorizadas nos termos da legislação em vigor para o exercício profissional de administração de carteiras; a estratégia de alocação dos recursos entre os diversos segmentos de aplicação e as respectivas carteiras de investimentos; os parâmetros de rentabilidade perseguidos, que deverão buscar compatibilidade com o perfil de suas obrigações, tendo em vista a necessidade de busca e manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial e os limites de diversificação e concentração previstos na legislação; e os limites utilizados para investimentos em títulos e valores mobiliários de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica - Art. 4º, Subseção II Resolução CMN 3.922/2010 e suas alterações. Sinteticamente, a Política de Investimentos demonstra os objetivos de retorno, aversão a risco e restrições. O retorno está diretamente correlacionado com o risco. Por isso, definidas as condições de risco e retorno, as alternativas de investimentos serão delimitadas através das restrições estabelecidas. Para a elaboração da Política de Investimentos 2021, foi considerado o seguinte cenário 2020/2021, sublinham-se as possíveis relações acerca das expectativas econômicas associadas ao comportamento efetivo constatado durante o ano de 2020. Fazer estas assimilações ajudará na compreensão para daqui em diante tentar conseguir antecipar os movimentos econômicos e auferir resultados mais consistentes na gestão dos recursos dos regimes próprios de previdência social, REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERV. PUB. DE NOVA ESPERANÇA DO SUL – NESPREV, neste caso. As expectativas de mercado para o exercício de 2021, até o presente momento, demonstram um caminho, onde passam por várias ações que dependem principalmente da equipe econômica do país e do governo, o que dificulta o estabelecimento de estratégias consolidadas sem carregar bastantes incertezas e, consequentemente, riscos. Tanto as previsões da OCDE como do FMI salientam os efeitos adversos de uma possível segunda onda de contaminações sobre as



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUL  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA  
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERV. PÚBL. DE NOVA ESPERANÇA DO SUL - NESPREV  
SETOR DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL  
COMITÊ DE INVESTIMENTOS

projeções de PIB para 2021, uma vez que a adoção lockdowns implicariam novas paralisações de atividades com respectivos prejuízos ao ritmo de recuperação esperado. O avanço nas pesquisas e testagens das potenciais novas vacinas têm gerado grandes expectativas quanto a uma possível disponibilização ainda no primeiro semestre de 2021, contudo, inicialmente limitada a grupos de maiores riscos, haja vista a insuficiência de doses para toda sociedade. Ademais, a universalização da vacina tende a se dar de maneira mais lenta nas economias emergentes. De maneira prévia, tanto os EUA como a Comissão Europeia já assinaram bilionários acordos de compra com as principais vacinas experimentais, limitando a oferta a curto prazo. Sob o ponto de vista fiscal, a situação brasileira deve ser analisada com muita cautela, pois se de um lado a deterioração das contas públicas enseja urgente austeridade com imediata melhoria do resultado primário, por outro, os efeitos da pandemia sobre o PIB continuarão requerendo a adoção de políticas expansionistas, a exemplo do já anunciado pelas principais potenciais mundiais. Em outras palavras, o principal desafio lançado para o governo é como balancear as necessidades de intervenção estatal na economia com o cumprimento do teto de gastos, sinalizando ao mercado a devida preocupação com as questões fiscais, sob o risco de afastar ainda mais o investidor estrangeiro do país. Na estéria desse cenário, todas as projeções para 2021 indicam elevação da Selic, com a taxa básica de juros encerrando o próximo exercício em 2,5%, mantendo a trajetória de alta para os anos subsequentes. A dificuldade encontrada no último leilão de LFTs realizado pelo tesouro Nacional dialoga com a expectativa de alta de juros futuros, com os investidores exigindo prêmios mais altos vis à vis a elevação do risco fiscal. A priori, a preferência é por carteiras de investimentos atreladas a títulos de prazo mais curto, tendo em vista a manutenção de um cenário de incertezas e a inclinação positiva da curva de juros futuros. Por outro lado, o baixo ritmo de recuperação do PIB pode levar à postergação da atual política de juros, o que impactaria positivamente na variação dos títulos de maior duration. Nesse sentido, ganha cada vez mais importância as atividades de assessoramento técnico e profissional especializado junto à gestão pública. Para o próximo ano, as previsões também indicam uma leve aceleração inflacionária mas com o IPCA permanecendo abaixo da meta, lenta e gradual recuperação do PIB e grande incerteza fiscal, com a conciliação entre o teto de gastos com a manutenção de uma política mínima de incentivos consistindo no principal trade-off a ser enfrentado pelo governo. Em regra, um adequado controle fiscal diminui a necessidade de financiamento do setor público, pavimentando o caminho para uma sustentável manutenção dos juros e da inflação em níveis compatíveis com o crescimento almejado pelo país. Afora as questões fiscais, o mercado também segue atento às demais reformas constantes na agenda do governo, em especial no que se refere à ampliação do processo de desestatizações. Dessa forma, considerando todos os aspectos legais a serem observados na elaboração da Política de Investimentos o Comitê opina e encaminha para apreciação do Conselho de Administração, órgão responsável pela aprovação da mesma, o seguinte resumo:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUL  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA  
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERV. PÚBL. DE NOVA ESPERANÇA DO SUL - NESPREV  
SETOR DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL  
COMITÊ DE INVESTIMENTOS

RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS - RESOLUÇÃO CMN nº 3.922/2010 e suas alterações						
Alocação dos Recursos/Diversificação	Alocação dos recursos					
	Limite da Resolução %	Enquadramento: Setembro	R\$	%	Limite Inferior %	Estratégia Alvo %
<b>Renda Fixa - Art. 7º</b>						
Títulos Tesouro Nacional - SELIC - Art. 7, I, "a"	100%	\$ -	0,00%	0,0%	0,0%	0,0%
FI 100% títulos TN - Art. 7º, I, "b"		\$ 21.404.295,21	99,05%	0,0%	79,0%	100,0%
ETF - 100% TP - negociada em Bolsa - Art. 7º, I, "c"		\$ -	0,00%	0,0%	0,0%	20,0%
Operações Compromissadas - Art. 7º, II	5%	\$ -	0,00%	0,0%	0,0%	0,0%
FI Renda Fixa/Referenciado RF - Art. 7º, III, "a"	60%	\$ -	0,00%	0,0%	13,0%	60,0%
ETF - Renda Fixa "Referenciado" - Art. 7º, III, "b"		\$ -	0,00%	0,0%	0,5%	10,0%
FI de Renda Fixa - Art. 7º, IV, "a"	40%		0,00%	0,0%	1,0%	30,0%
ETF - Demais Indicadores de Renda Fixa - Art. 7º, IV, "b"		\$ -	0,00%	0,0%	0,5%	10,0%
Letras Imobiliárias Garantidas Art. 7º, V	20%	\$ -	0,00%	0,0%	0,0%	0,0%
Certificado de Depósito Bancário CDB - Art. 7º, VI, "a"	15%	\$ -	0,00%	0,0%	0,0%	10,0%
Poupança - Art. 7º, VI, "b"		\$ -	0,00%	0,0%	0,0%	0,0%
FI em Direitos Creditórios - Cota Senior - Art. 7º, VII, "a"	5%	\$ -	0,00%	0,0%	0,0%	5,0%
FI em Renda Fixa "Crédito Privado" - Art. 7º, VII, "b"		\$ -	0,00%	0,0%	0,5%	5,0%
FI Debêntures de Infraestrutura - Art. 7º, VII, "c"		\$ -	0,00%	0,0%	0,0%	0,0%
<b>Renda Variável - Art. 8º</b>						
FI Ações Índices (c/no mínimo 50 ações) - Art. 8º, I, "a"	30%	\$ -	0,00%	0,0%	0,5%	5,0%
ETF - Índice de Ações (c/ no mínimo 50) - Art. 8º, I, "b"		\$ 82.035,00	0,38%	0,0%	2,0%	10,0%
FI Ações Geral - Art. 8º, II, "a"	20%	\$ -	0,00%	0,0%	1,0%	5,0%
ETF - Demais Índices de Ações - Art. 8º, II, "b"		\$ -	0,00%	0,0%	0,5%	10,0%
FI Multimercado - Aberto - Art. 8º, III	10%	\$ 123.211,21	0,57%	0,0%	0,5%	10,0%
FI em Participações - Fechado - Art. 8º, IV, "a"	5%	\$ -	0,00%	0,0%	0,0%	0,0%
FI Imobiliário - Cotas negociadas em Bolsa - Art. 8º, IV, "b"		\$ -	0,00%	0,0%	0,0%	0,0%
FI Ações - Mercado de Acesso - Art. 8º, IV, "c"		\$ -	0,00%	0,0%	0,0%	0,0%
<b>Investimento no Exterior - Art. 9º</b>						
Fundo RF - Dívida Externa - Art. 9º, A, I	10%	\$ -	0,00%	0,0%	0,0%	5,0%
FI - Sufixo Investimento no Exterior - Art. 9º, A, II		\$ -	0,00%	0,0%	0,5%	5,0%
Fundo Ações BDR Nível 1 - Art. 9º, A, III		\$ -	0,00%	0,0%	0,5%	5,0%
<b>Total</b>		\$ 21.609.541,42	100%		100,00%	305,00%



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUL  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA  
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERV. PÚBL. DE NOVA ESPERANÇA DO SUL - NESPREV  
SETOR DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL  
COMITÊ DE INVESTIMENTOS

A presente Política de Investimentos está baseada nas avaliações do cenário econômico para o ano de 2021, tendo-se utilizado, para tanto, dados e cenários constantes do Relatório de Inflação, publicação do Comitê de Política Econômica – COPOM e o Relatório de Mercado - FOCUS. O Boletim Focus é um informe que relata as projeções do mercado com base em consulta a aproximadamente 100 (cem) instituições financeiras, e é divulgado semanalmente. Destaca-se que esta política anual de investimentos dos recursos do NESPREV e suas revisões deverão sempre serem aprovadas pelo órgão superior competente, antes da sua implementação. Justificadamente, a política anual de investimentos poderá ser revista no curso de sua execução, com vistas à adequação ao mercado ou à nova legislação, conforme prevê a Resolução CMN 3.922/2010 e suas alterações. Para as reavaliações da Política de Investimentos o Comitê reunir-se-á sempre que houver necessidade de ajustes nesta política de investimentos perante o comportamento/conjuntura do mercado, quando se apresentar o interesse da preservação dos ativos financeiros e/ou com vistas à adequação à nova legislação. A documentação comprobatória desta política anual de investimentos deverá permanecer à disposição dos órgãos de supervisão competentes. Igualmente, estes respectivos documentos devem ser disponibilizados aos seus segurados e pensionistas, com as respectivas revisões, quando necessárias, no prazo de trinta dias, contados da data da sua aprovação, através de meio eletrônico. Por fim, sobre o mercado financeiro as expectativas para o próximo exercício até o presente momento, demonstram um caminho, onde passam por várias ações que dependem principalmente da equipe econômica do país e do governo, o que dificulta o estabelecimento de estratégias consolidadas sem carregar bastantes incertezas e, consequentemente, riscos. Todas as projeções para 2021 indicam elevação da Selic, com a taxa básica de juros encerrando o próximo exercício em 2,5%. Para o próximo ano, as previsões também indicam uma leve aceleração na inflação, mas com o IPCA permanecendo abaixo da meta, uma lenta recuperação do PIB e grande incerteza fiscal, com a conciliação entre o teto de gastos com a manutenção de uma política mínima de incentivos. Portanto, a preferência é por carteiras de investimentos atreladas a títulos de prazo mais curto, mantendo uma diversificação saudável e equilibrada na carteira do RPPS. Após a formatação do esboço da Política de Investimentos 2021, foram analisados os relatórios de investimentos do NESPREV, onde mais um mês, a comportamento do mercado financeiro, ficou abaixo do esperado. O NESPREV, não teve uma rentabilidade negativa, mas insignificante, em virtude do volume de patrimônio que o mesmo tem. Nesse contexto econômico, notamos que o NESPREV possui uma rentabilidade de 2,16% e a meta para o período está em 7,98%, logo nota-se que estamos abaixo da meta, pois até o momento estamos com 2,17%, com isso, torna-se impossível atingir a meta no exercício, pois tivemos uma rentabilidade de R\$ 13.621,62, com isso totalizando uma rentabilidade anual de R\$ 455.532,22. No tocante ao mês de novembro, analisando os relatórios disponíveis no Sistema de Gestão de Investimentos, notamos que estamos num cenário de rentabilidade positiva, posição do dia 05 de novembro de 2020, obviamente podendo sofrer grandes oscilações até o fechamento do mês, devendo estar atento para eventuais alterações na carteira. Nada mais havendo a constar encerro a presente ata, que após lida e achada conforme, é assinada por mim e pelos demais presentes. Nova Esperança do Sul, 11 de novembro de 2020.

Composição da Carteira	R\$	% *	out/20
BANRISUL FOCO IDKA IPCA 2A FI RENDA FIXA	\$ 1.223.813,34	5,64%	
BANRISUL FOCO IRF-M 1 FI RENDA FIXA	\$ 641.049,69	2,96%	
BANRISUL FOCO IRF-M FI RENDA FIXA LP	\$ 1.365.926,43	6,30%	
BANRISUL PATRIMONIAL FI RENDA FIXA LP	\$ 62.051,07	0,29%	
BB ALOCAÇÃO ATIVA FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	\$ 2.219.250,43	10,23%	
BB IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	\$ 389.485,85	1,80%	
BB IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	\$ 987.935,69	4,56%	
BB IRF-M TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	\$ 443.873,63	2,05%	
CAIXA BOLSA AMERICANA FI MULTIMERCADO LP	\$ 120.120,04	0,55%	
CAIXA BRASIL IMA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	\$ 3.903.687,83	18,00%	
CAIXA BRASIL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	\$ 2.710.543,19	12,50%	
CAIXA BRASIL IMA-GERAL TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	\$ 2.111.767,68	9,74%	
CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	\$ 5.147.051,77	23,73%	
CAIXA BRASIL IDKA IPCA 2A TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	\$ 279.246,38	1,29%	
ISHARES IBOVESPA FUNDO DE ÍNDICE (BOVA11)	\$ 81.702,00	0,38%	
	<b>\$ 21.687.505,02</b>	<b>100%</b>	

MÊS	SALDO RPPS	Rendimentos do	Rentabilidade	Rentabilidade	Meta Atuarial Acumul
		mês	Atingida	Acumulada	
1 2020	20.746.476,26	95.511,37	0,46%	0,46%	0,67%
2 2020	20.867.230,86	81.081,69	0,39%	0,85%	1,32%
3 2020	20.420.140,56	-510.161,14	-2,44%	-1,60%	1,99%
4 2020	20.669.880,75	180.912,23	0,88%	-0,74%	2,24%
5 2020	20.999.471,78	260.349,47	1,26%	0,51%	2,47%
6 2020	21.272.738,63	202.917,22	0,96%	1,48%	3,27%
7 2020	21.662.348,35	322.519,24	1,51%	3,01%	4,22%
8 2020	21.652.215,34	-82.744,08	-0,38%	2,62%	5,10%
9 2020	21.609.541,43	-108.475,39	-0,50%	2,11%	6,52%
10 2020	21.687.505,02	13.621,62	0,06%	2,17%	7,98%
11 2020					
12 2020					
Total Rentabilidade		455.532,23			

